

2

P R O J E T O D E L E I Nº 21/64
Súmula:- Altera o artigo 1º da Lei Municipal nº 219, e
acrescenta o parágrafo 4º.

A CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
D E C R E T A :-

Artº 1º- O Artigo primeiro da Lei Municipal nº 219 de 24 de Dezembro de 1959, passa a ter a seguinte redação:-

" A Taxa de Melhoramentos Públicos Rurais, prevista em Lei, passará a ser cobrada a razão de 0,05 (cinco centésimos) do salário mínimo vigente na região", a 1º de Janeiro do ano referente ao exercício fiscal."

§4º- Ficam isentos desse tributo os proprietários de áreas rurais igual ou inferior a 20 hectares.

Artº- 2º- A presente Lei entrará em vigor após sua oficial publicação, a partir de 1º de Janeiro de 1965, revogadas as disposições em contrário.

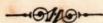
Sala das Sessões da Câmara Municipal da Lapa, em 12 de dezembro de 1964

Wilson Montenegro.
Presidente.

Registrado livro nº
fls. 79 e vers.
Em Outubro 1970



PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA
ESTADO DO PARANÁ



Of. nº 187/64

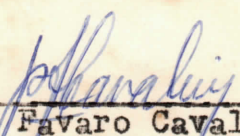
Lapa, 28 de Setembro de 1964.

Senhor Presidente:

Anexo ao presente tenho a honra de passar às suas mãos, para os devidos fins, o Ante Projeto de Lei nº 12/64.

Na ausência de outros motivos, aproveito o ensejo para reiterar a V. Excia. os meus protestos de estima e consideração.

Cordiais Saudações.



Pedro Favaro Cavalin
Prefeito Municipal

Exmo. Snr.
Dr. Wilson Moreira Montenegro
DD. Presidente da Câmara Municipal da Lapa
N/Cidade

APROVADO



PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

O Prefeito Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, apresenta a Câmara Municipal o seguinte:

ANTE-PROJETO DE LEI Nº 12/64

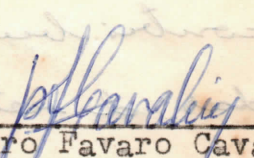
(Altera o Art. 1º da Lei Municipal nº 219)

Artº 1º - O Artigo primeiro da Lei Municipal nº 219 de 24 de Dezembro de 1959, passa a ter a seguinte redação:

"A Taxa de Melhoramentos Públicos Rurais, prevista em Lei, passará a ser cobrada a razão de 0,05 (cinco centesimos) do salário mínimo vigente na região", anualmente.

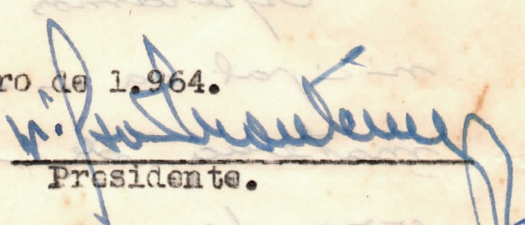
Artº 2º - A presente Lei entrará em vigor após sua oficial publicação, a partir de 1º de janeiro de 1965, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 28 de Setembro de 1964.


Pedro Favaro Cavalin
Prefeito Municipal

Encaminhe-se às Comissões de Legislação e Justiça e a seguir a de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, para na ordem emitirem seus respectivos pareceres.

Sala das Sessões em 5 de outubro de 1.964.


Presidente.

Encaminhe-se a comissão de Leg. e justiça para dar parecer sobre a emenda que antecede, que altera o ant. Projeto de Lei. Sala das Sessões em 9. X. 64 M. Favaro Cavalin

Parecer da Comissão de Legislação e Justiça

Diz a Constituição Federal que nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça. (Art. 141 § 34)

Sempre que se quiser aumentar qualquer tributo deverá, por conseguinte, haver uma lei especial.

Do poder do Prefeito aumentar nem mesmo exercício financeiro, sem lei especial, determinados impostos ou taxas, sempre que alterado for o salário mínimo, nos parece ilegal e inconstitucional.

Permite-se apenas a taxação tendo por base o salário mínimo, nas contribuições pecuniárias calculadas diretamente sobre os salários dos contribuintes. Este não é o caso da excessão.

Esperamos que a Câmara Municipal da Lapa não inove em matéria de legislação fiscal, evitando.

É o parecer.

Em, 30 de novembro de 1964.

Francisco de Paula
Procurador Geral

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TOMADA DE CONTAS:-

Os tributos não devem e não podem ser alterados dentro de um mesmo exercício.

Se o salário mínimo sofrer alteração no decorrer de um mesmo exercício financeiro ~~aparecerá~~, se a lei for aprovada, um fato " sui generis" na contabilidade municipal:

Os contribuintes pagarão num mesmo ano tributos ~~tributos~~ diferentes pela mesma obrigação fiscal, o que viria criar embaraços para o fisco municipal e para a contabilidade.

Opinamos ainda, tendo em vista o parecer da Comissão de Legislação e Justiça que a materia constante do ante projeto 12/64 deve ser rejeitada, caso permaneça êsse critério de tributação.

Lapa, 30 de Novembro de 1.964

Yakeonardi
João Augusto Gonzes

Exmo.Senhor

Doutor WILSON MOREIRA MONTENEGRO

DD.Presidente da Câmara Municipal da Lapa

Senhor Presidente:

O Vereador infra assinado, muito respeitosamente, baseado no Art.98º do Regimento Interno, apresenta a seguinte emenda aditiva ao ANTE PROJETO DE LEI N.12/64, de autoria do Poder Executivo:

Em seu Art.1º, após as palavras "SALARIO MÍNIMO VIGENTE NESTA REGIÃO", acrescente-se as palavras: " A 1º DE JANEIRO DO ANO REFERENTE AO EXERCÍCIO FISCAL".

Certo de que, uma vez aprovada a emenda supra, o referido ante-projeto de lei ficará livre da falha apontada pela ilustre Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, espera merecer a consideração de V.Exa. e necessária aprovação do Plenário.

Sala das Sessões, em 9 de dezembro de 1964.

Fénelon Weinhardt Moreira

Fénelon Weinhardt Moreira

Vereador

Câmara Municipal

Lapa - Paraná



Os vereadores que esta subscuem, no
uso de suas atribuições, e na forma
regimental, apresentam a V. Ex.^a para
ser discutida e votada a seguinte
emenda ao anti-projeto de Lei N.º 12/64.

Art. 1.º) O artigo primeiro da
Lei municipal n.º 219 de 24 de
dezembro de 1959, para a ter a seguinte
redação:

"A taxa de melhoramentos publicos,
municipais prevista em Lei, parana,
a partir do ano de 1965, a ser
cobrada, na seguinte base:

a) Proprietários de mais de 20 hectares,
de terras: G. B. 600,00.

b) Frazes entre vinte e cinquenta os
proprietários de áreas rurais igual ou
inferior a 20 hectares.

Artigo 2.º) O mesmo do projeto original.

Lapa, 9 de dezembro de 1964,

Caro Vereador

Pedro Passos Carneiro
Benedicto Pedro

João Augusto
Gonzalez

Votei
8/10
5/10

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA:

Interpretamos que a Emenda retro, visa criar uma Taxa ANUAL, apesar de não ser bem explícita quanto ao período de incidência. Sendo assim, não ofende as disposições legais, porém deveria conter, logo após a importância, a palavra "ANUALMENTE".

Sala das Sessões, em 9/XII/1964.

Millette Gabriel Baduy

MILLET GRABRIEL BADUY - Presidente

Fênelon W. Moreira

Fênelon W. Moreira - Relator

Comissão de Orçamento Finanças e Tomada de Contas

Opino pela aprovação da emenda apresentada pela
Comissão de Legislação e Justiça.

Lapa, 11 de Dezembro de 1964

Yalemaradi

Opino pela aprovação da emenda apresentada,
e, igualmente pelo item b, referido pela
Comissão de Legislação e Justiça, relativa
a isenção para o proprietário de área menor
de 20 hectares.

Lapa, 11 de dezembro de 1964

Alceu M. Bley
Alceu M. Bley